

## EDITORIAL

### DIREITOS DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Caros leitores,

Quando discutimos sobre os portadores de necessidades especiais, estamos falando dos direitos de milhões de pessoas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que 15% da população mundial apresenta significativas dificuldades em seu funcionamento. Soma-se a isso, o aumento crescente da população idosa com doenças crônicas, bem como a influência de outros fatores, como acidentes de trânsito, violência, conflitos, desastres naturais, dieta prejudicial à saúde e abuso de substâncias.

Atualmente, no Brasil, utilizamos os termos Portadores de Necessidades Especiais e Pessoa com Deficiência. Em seu último Censo (2010), foi indicado que 23,92% da população brasileira possui algum tipo de deficiência.

Então, podemos entender que independente do termo que utilizamos, estamos nos referindo à pessoas com dificuldade em seu funcionamento em uma ou mais áreas de sua vida: física, psicológica, auditiva, visual, social, entre outras.

Em razão da sua doença, os portadores de necessidades especiais mostram-se particularmente vulneráveis à violação de seus direitos. Daí, o fato da legislação em saúde e outras áreas representar uma ferramenta eficaz para promover o acesso à saúde e a reabilitação social, bem como proteger os direitos dessas pessoas (OMS, 2005; OMS, 2013).

Um dos principais instrumentos internacionais sobre essa temática é a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) aprovada em 2006. Dentre os seus conceitos chave inclui-se a abordagem de direitos humanos com relação à deficiência. Essa é uma questão crescente e global de direitos humanos. O que está acontecendo?

Não é uma resposta simples, mas podemos elencar algumas justificativas, como por exemplo, o enfrentamento de desigualdades quanto ao acesso aos serviços de saúde, emprego, educação ou participação política, a violação da dignidade humana, a perda da autonomia e a vulnerabilidade relacionada à pobreza.

Nas últimas décadas, os portadores e seus familiares, organizações não governamentais e governamentais, as políticas e as legislações, juntamente com pesquisadores de diversas ciências, têm focado em medidas para promover integração de pessoas com necessidades especiais e participação social, abrangendo os vários direitos, que vão desde a saúde e reabilitação até a educação e emprego. Estes instrumentos nacionais e internacionais têm realçado a importância de ações e atividades, envolvendo o ensino, a extensão e a pesquisa, elegendo a prevenção de deficiências, a reabilitação social e a integração do deficiente em diversas áreas na comunidade como temas prioritários a serem trabalhados.

Assim, a inserção da temática sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais deve ser estendida ao ensino, a extensão e a pesquisa, pois é imprescindível para o avanço da legislação de proteção de direitos, além de favorecer as trocas de informações na área de saúde.

Esperamos que a Revista Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR continue, assim, a oferecer subsídios para o intercâmbio entre profissionais da área de saúde.

A todos uma boa leitura.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariluci Camargo Ferreira da Silva Candido  
Pós-doutoranda da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - EERP/USP. Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas - EPCH - Professor Adjunto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Três Lagoas

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Aparecida Arena Ventura  
Supervisora do Pós-doutorado. Professor Associado da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - EERP/USP. Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas – EPCH

## EDITORIAL

### THE RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES

Dear readers,

When we address the issue of persons with disabilities, we are talking about the rights of thousands of people. World Health Organization (WHO) estimates that 15% of the global population presents significant difficulties in their actions. Add to that the increasing growth of elderly population with chronic diseases, as well as the influence of other factors, such as traffic accidents, violence, conflicts, natural disasters, unhealthy diets and abuse of substances.

Currently, in Brazil, we use the terms Bearer of Special Needs (*Portadores de Necessidades Especiais*) and Person with Disability (*Pessoa com Deficiência*). In its last Census (2010), it was indicated that 23.92% of the Brazilian population had some kind of deficiency.

Therefore, it can be understood that regardless of the term used, we are referring to people with difficulty in one or more areas of their lives: physical, psychological, visual, social, hearing, among others.

Due to the disease, people with disabilities are particularly vulnerable to the violation of their rights. Thus, the fact of the health legislation and the legislation of other areas presenting an efficient tool to promote access to health and social rehabilitation, as well as protecting the rights of these people (OMS, 2005; OMS, 2013).

One of the main international tools on this theme is the United Nations Convention on the Right of Persons with Disabilities (CRPD) approved in 2006. Among its key concepts, there is the approach of human rights regarding deficiency. This is a growing and global human rights issue. What is actually happening?

This is not a simple answer, but we can gather a few justifications, such as, for instance, the coping of inequalities regarding the access to health, employment, education services or political participation, violation of human dignity, the loss of autonomy and vulnerability regarding poverty.

In the last decades, persons with disabilities and their family, governmental and non-governmental organizations, policies and legislations, together with researchers from several sciences, have focused on measures to promote the integration of people with disabilities and social participation, encompassing several rights, ranging from health and rehabilitation to education and employment. These national and international tools have emphasized the importance of actions and activities involving the teaching, extension and research, electing the prevention of deficiencies, social rehabilitation and integration of the person with disabilities in several areas in the community, with priority themes to be addressed.

Thus, the insertion of the theme of rights of persons with disabilities must be extended to teaching and research, since it is indispensable for the advancement of the legislation for protecting these rights, as well as favoring the exchange of information in the health area.

We hope *Revista Arquivos de Ciências da Saúde* from UNIPAR continues offering subsidies for such an important exchange among professionals in the health area.

Enjoy the reading.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariluci Camargo Ferreira da Silva Candido  
Pós-doutoranda da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - EERP/USP. Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas - EPCH - Professor Adjunto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Três Lagoas

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Aparecida Arena Ventura  
Supervisora do Pós-doutorado. Professor Associado da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - EERP/USP. Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas – EPCH